

Aos órgãos de comunicação social

SOBRE O MEGA APAGÃO DE ONTEM

A seu tempo deverão ser apuradas e divulgadas as causas do grave incidente, ocorrido ontem, que deixou o País sem energia eléctrica.

Deste episódio ressalta a importância da energia, enquanto bem essencial, quer para garantir necessidades básicas, quer para assegurar a segurança e o normal funcionamento da sociedade e da economia.

À semelhança de outros incidentes ocorridos no passado, ficam evidentes fragilidades no Sistema Eléctrico Nacional, designadamente na segurança da rede, na produção, na distribuição, na gestão e no controlo. Não é possível ocultar que tais fragilidades são resultado da privatização e da liberalização deste sector estratégico.

Esta situação exige uma profunda discussão sobre os níveis de interligação e dependência de Portugal face a Espanha.

O País não pode estar refém de uma política economicista e de liberalização do mercado energético e, muito menos, sujeito a imposições políticas que, a pretexto de objectivos ambientais, conduziram ao encerramento de centrais termoeléctricas, como as de Sines e do Pego, sem antes serem criadas alternativas de produção. Se estivessem em funcionamento, poderiam ser minimizados eventos, como o de ontem, quando ocorrem desequilíbrios entre consumos e produção.

Para que não restem dúvidas sobre o erro político, cometido pelo governo PS de António Costa, de desmantelamento de importantes infra-estruturas de produção, já a Direcção-Geral de Energia tinha alertado *que, considerando o descomissionamento da central a carvão do Pego, o sistema não seria capaz de dar resposta às necessidades de consumo de electricidade em 2022.*

Em 2022, após o encerramento da central do Pego, Portugal passou a importar energia, com um custo de 1695 milhões de euros. No momento do apagão, 30 por cento do consumo estava a ser suprido através de importação. No passado, já ocorreram situações em que as importações foram superiores a 50 por cento, provenientes de Espanha. Estes números colocam em evidência a necessidade de Portugal diminuir a sua dependência energética e reforçar a sua capacidade de produção.

Quando dizem que é mais barato importar electricidade do que produzi-la em Portugal, querem dizer apenas que isso é melhor para os lucros das empresas.

Há muitos anos que a Fiequimetal alerta para a necessidade de Portugal definir uma verdadeira política energética, em que o Estado possua um papel preponderante na gestão das empresas do sector, para garantir um funcionamento bem estruturado e eficiente do Sistema Eléctrico Nacional.

É de realçar a forma responsável e dedicada como os trabalhadores da REN e da EDP actuaram, para a reposição do serviço o mais rapidamente possível, com garantias de segurança. Mais uma vez, os trabalhadores estiveram à altura das exigências e as administrações devem reconhecer este facto, valorizando os salários.

Lisboa, 29 de Abril de 2025
A Direcção Nacional da Fiequimetal

Para declarações, contactar **Rogério Silva** (918 210 831 ou rsilva.fiequimetal@csindical.pt), coordenador da Fiequimetal